

União também quer vender sem licitação

Carolina Nogueira
Da equipe do **Correio**

Antonio Siqueira 20.9.2000



CAMANHO: "PRIVILÉGIO DE COMPRA É SEMPRE ALGO QUESTIONADO"

Não é só o Governo do Distrito Federal que quer privatizar terras públicas. A União, detentora de cerca de 20% da área do DF, também quer vender suas propriedades. Segundo a Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU), órgão que cuida dos bens federais, quem estiver instalado nessas áreas desde fevereiro de 1997, e comprovar o efetivo aproveitamento da terra, terá direito a comprá-la sem licitação. O primeiro lugar a ser vendido é o Núcleo Rural Lago Oeste, perto de Sobradinho. "Até o final deste ano, esses moradores já devem estar com seus imóveis devidamente escriturados", planeja Raimundo Ribeiro, gerente regional do Patrimônio.

A iniciativa segue a tendência da lei distrital de terras rurais, proposta pelo governador Joaquim Roriz. Só falta a apreciação da Câmara Legislativa para que a lei passe a valer. Pelas contas do GDF, cerca de 14 mil produtores rurais poderão ser beneficiadas. Nas terras federais, ainda não há uma estimativa. No primeiro lugar a ser vendido, o Lago Oeste, cerca de 400 famílias receberão a escritura. Também estão na lista de regularização a Fazenda Sálvia, Nova Colina, Condomínio Itapuã, Veneza, Bela Vista e Vicente Pires.

EXPLICAÇÕES

Segundo a GRPU, a Secretaria de Patrimônio da União, órgão ao qual é subordinada, pretende vender as terras por três motivos: a União não precisa das áreas, gasta mais com fiscalização do que efetivamente aproveita as terras, e a venda seria uma forma de evitar o risco de invasões.

Raimundo Ribeiro explica que a transferência será feita de acordo com a lei federal 9.936, de 1998, que prevê a regularização e alienação de bens públicos imóveis de domínio da União, desde que observada a efetiva ocupação até 1997. Os atuais ocupantes — a maior parte comprou terras das mãos de grileiros — terão prioridade de compra. Quem quiser comprar a área vai pagar o preço da terra nua, sem as benfeitorias. Já as terras não ocupadas serão licitadas. A verba vai direto para o Tesouro da União.

"Atualmente, estamos traba-

"HÁ QUEM DIGA QUE, POR ESTAR HÁ MUITOS ANOS NA TERRA, O OCUPANTE MERECE SER BENEFICIADO. EU PENSO QUE, SE ALGUÉM JÁ FOI BENEFICIADO COM O DIREITO DE PASSAR TANTO TEMPO, POR QUE BENEFICIÁ-LO NOVAMENTE?"

ALEXANDRE CAMANHO
Procurador da República

lhando pesado no Lago Oeste, em fase de recolhimento dos documentos, checando quem tem direito à compra direta e quem não tem", explicou Ribeiro. Segundo ele, o ex-senador Luiz Estevão, que é posseiro de uma área de 549 hectares no Lago Oeste, teve seu pedido de regularização indeferido por não ter comprovado a ocupação efetiva da área. "Só tem uma cerca, mais nada. Não vamos regularizar áreas desse tipo, de jeito nenhum", sentenciou o gerente regional.

CUIDADOS

"Todos os órgãos com interesse foram consultados: Ministério da Defesa, Ibama, GDF, Advocacia Geral da União. E todos concordaram com a regularização", garante Ribeiro. Segundo ele, apenas o Ibama teria feito ressalvas à venda. "E, mesmo assim, só recomendaram que os novos proprietários tenham a mesma consciência e o mesmo cuidado com a questão ambiental que a

União tem mostrado", afirmou.

Parlamentares e defensores do interesse público, no entanto, fazem mais do que essa única ressalva. "Essa questão do privilégio de compra é sempre questionada", avalia o procurador da República Alexandre Camanho. "Há quem diga que, por estar há muitos anos na terra, o ocupante merece ser beneficiado. Eu penso ao contrário: se alguém já foi beneficiado com o direito de passar tanto tempo na terra, por que beneficiá-lo novamente na hora da venda?", questiona. O procurador reconhece que não cabe ao Ministério Público decidir se o governo deve ou não vender as terras públicas. "Mas é nossa obrigação zelar pela forma como isso será feito, respeitando o princípio constitucional da impessoalidade", afirmou.

O deputado distrital Chico Floresta (PT) também questiona a forma como a venda se dará. "Isso de regularizar e fracionar a terra numa só tacada não existe, é ilegal", alertou. Segundo o deputado, o parcelamento de terras é extremamente preocupante em Brasília. Para a GRPU, no entanto, o fracionamento das propriedades é uma questão exclusivamente prática. "Cabe aos cartórios proceder a divisão da matrícula, e já estamos providenciando isso", garantiu Raimundo Ribeiro.

Já o secretário de Assuntos Fundiários, Odilon Aires, comemorou a decisão da União. "É um grande avanço. Só se terá um controle exato do que é de quem aqui dentro quando essas terras estiverem regularizadas e divididas", afirmou. "O registro em cartório é que dará moralidade a esse processo", sentenciou.

Moralidade que está sendo questionada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Na semana passada, o órgão que está administrando as vendas, a GRPU, recebeu do TCU um ofício no qual o tribunal pedia informações sobre denúncias feitas contra servidores que estariam recebendo propinas para o cadastramento de imóveis irregulares. "Esse assunto já foi apurado internamente, sem que nada tivesse sido comprovado, mas será revisto agora", garante Raimundo Ribeiro. "Vamos oficializar à Secretaria do Patrimônio da União, a quem somos subordinados, para que seja criada uma sindicância aqui dentro", afirmou.